

## II

### DO ÉTNICO E DO RACIAL: O CAMPO DAS ETNICIDADES\*

*Estela Santos de Oliveira  
José Valdir Jesus de Santana  
Elizabete Gonçalves de Souza*

#### **Introdução**

As relações entre o étnico e o racial têm sido um dos temas centrais nos estudos acerca da produção das identidades desde a modernidade. Neste artigo, apresentamos a discussão do campo das etnicidades e como essa categoria tem sido mobilizada pelas Ciências Sociais, o que nos possibilitou, a partir desse campo, discutir sobre a produção das identidades, tanto do ponto de vista individual e coletivo, com destaque para a identidade racial negra, foco de nosso trabalho.

As discussões aqui apresentadas compõem um capítulo da dissertação de mestrado intitulada “A construção das identidades raciais de pedagogas negras em formação: Um estudo sobre percursos formativos de sujeitas do curso de Pedagogia da UESB, campus de Jequié-BA”<sup>1</sup>, defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, sob orientação do prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana. A pesquisa teve como objetivo compreender como estudantes negras do curso de Pedagogia da UESB, Campus Jequié, elaboram suas identidades raciais no decorrer do seu processo formativo, no referido curso.

#### *Panorama da questão*

Pensar sobre identidades sociais, seja ela individual ou coletiva, pessoal ou profissional, pública ou privada, como aqui procuramos investigar, é particularmente trabalhoso e complexo, pois os estudos sobre a produção das identidades são vastos, ainda que o campo das relações étnicas seja relativamente novo nas Ciências Sociais. Goldman e Ossowicki (2006) informam que o termo “etnicidade” foi introduzido nas primeiras décadas do século passado por conta da imigração europeia para os Estados Unidos, sendo até 1970, um termo sem uma definição precisa, mas, que mesmo assim, ganhou espaço tanto na academia quanto nas narrativas populares.

No Brasil, a discussão sobre identidade tem ganhado abrangência, seja a partir de coletivos sociais que passam a acioná-la com uma variedade de objetivos, a exemplo dos coletivos negros e indígenas, como também por parte da produção acadêmica. Nas disciplinas acadêmicas alguns nomes como Roberto Cardoso de Oliveira (2000, 2003) e

---

\* DOI - 10.29388/978-65-6070-019-2-0-f.23-40

<sup>1</sup>A pesquisa que resultou nesta dissertação recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a quem agradecemos pela bolsa de mestrado.

Manuela Carneiro da Cunha (1986, 2009) são influentes na pesquisa sobre os grupos étnicos e categorias afins, visto que seus estudos se embasam numa abordagem mais sociológica das relações sociais interétnicas, como fenômeno de construção político-ideológica. Como informa Athias (2007, p. 53), essas pesquisas “[...] partem da proposição inovativa de Fredrik Barth (1969) de considerar a noção de grupo étnico como um ‘tipo organizacional’.” e “não a cultura” como elemento central para a sua constituição.

Hans Vermeulen e Cora Govers (2003) trazem importantes questões acerca das relações étnicas mesmo após vinte e cinco anos de publicação do *Ethnic groups and boundaries* de Barth, escrito em 1969. Em “Antropologia da Etnicidade: para além de *Ethnic groups and boundaries*” (2003), às comunicações de Katherine Verdery, Anthony P. Cohen, Eugen Roosens e do próprio Fredrik Barth nos possibilita rever, de forma crítica, as principais questões apontadas no campo das etnicidades, ao afirmarem que os três pressupostos classificatórios, apresentados por Barth no texto de 1969, acerca da constituição dos grupos étnicos continuam sendo válidos e relevantes para as investigações no campo das etnicidades, ou seja,

[...] 1) a etnicidade é uma forma de organização social, o que implica que 2) "o foco principal da investigação seja a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural deste" (1969:15); a característica distintiva dos grupos étnicos é 3) a auto-ascrição, bem como a ascrição por parte de terceiros. (VERMUELEN; GOVERS, 2003, p. 10).

Em sua investigação, Barth, ao reafirmar seus postulados, elucida seus pontos úteis e os que devem tomar novos rumos de maneira inovadora. Ante ao que considera útil, prevalece a etnicidade como organização social e como circunstâncias produtoras de fronteiras através da autoidentificação e da identificação dos grupos por terceiros, dos diacríticos como signos que importam para demarcar as fronteiras e do papel empresarial político de cada grupo empreendido/a pelo/a seu/sua líder (BARTH, 2003). Dos cinco critérios analíticos descritos, os três primeiros é o que permite a convergência dos temas investigados nas outras comunicações. Com isso, é necessário apontar no que eles se aprimoram, ou seja, o que o autor chama de inovador, que no caso da sua pesquisa, se atenta às “concepções habituais daquilo que chamamos de “cultura”” (BARTH, 2003, p. 21). Como assinalam Vermuelen e Govers (2003, p. 12-13),

A relação entre etnicidade e cultura pode, na nossa opinião, ser vista como tripartida: a etnicidade refere-se à consciência da cultura (étnica), à utilização dessa cultura, sendo simultaneamente parte da mesma. Começando pela última questão, Barth definiu etnicidade como um elemento da organização social, mas defende que esta pode igualmente ser encarada como um elemento da cultura. As fronteiras podem ser vistas em termos interacionais mas, de forma igualmente convincente, como "fronteiras da consciência", para utilizarmos a expressão de Cohen. As identidades étnicas são produto da relacionadas com ideologias de ascendência, relacionando-se também o estudo da etnicidade com o da

ideologia (Vermeulen 1984) e o dos sistemas cognitivos (Chapman *et al.* 1989). A etnicidade faz então parte da cultura e é também metacultural, no sentido em que constitui uma reflexão em torno da "nossa" cultura, bem como da "deles", e, em terceiro lugar, relaciona-se com o "*uso* subjectivo, simbólico ou emblemático", por parte de um "grupo de pessoas [...], de qualquer aspecto da cultura, de forma a diferenciarem-se de outros grupos" (De Vos 1975:16, *itálico nosso*).

Destarte, para chegarmos às discussões sobre a cultura no campo das relações étnicas é preciso apresentar uma breve contextualização sobre etnicidade, afinal tais ideias servem como aporte teórico para nossa investigação e análise das construções identitárias de mulheres negras estudantes de Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, visto que o campo das identidades é vasto e se aplica, aqui no Brasil, aos mais diversos contextos de produção de fronteiras sociais, como afirma Verdery (2003, p. 45)

Pode afirmar-se que o estudo da etnicidade tem vindo a tornar-se a maior área de investigação, não só na Antropologia, mas nas Ciências Sociais como um todo, pois dados os imperativos do “crescimento” e da “inovação” que orientam a vida académica, tal como outras formas de produção nas sociedades ocidentais (inclusive agora, com a crescente mercadorização da produção do saber), seria impressionante se não tivesse havido qualquer mudança na investigação da etnicidade.

Até final da década de 1960 a classificação dos grupos étnicos, na literatura antropológica, partia de quatro critérios, segundo Barth (2000):

[...] em grande medida se autoperpetua biologicamente de modo amplo; compartilha valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais; constitui um campo de comunicação e de interação; tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem. (NAROLL, 1964 *apud* BARTH, 2000, p. 27).

Os critérios analíticos estabelecidos pela teoria crítica de Barth (2000) nos possibilitam entender como a definição descrita acima, naturaliza os diferentes grupos sociais. Será sobre essa concepção substancialista e essencialista acerca da constituição dos grupos étnicos que Barth empreenderá sua crítica, na medida em que, conforme esse autor era preciso deslocar o “olhar” para as relações estabelecidas entre os grupos étnicos e para a constituição das fronteiras étnicas.

Ao aplicar uma teoria empírica que isolava as unidades culturais por critérios descritivos, Naroll apresentou ao campo intercultural dos estudos étnicos a categorização desses grupos de maneira insatisfatória. Contudo, é crucial ressaltar que naquele momento “[...] apesar da acolhida mitigada, ou na maior parte do tempo francamente hostil, que ela conheceu no meio dos antropólogos, a tentativa de Naroll marca uma data importante na

reflexão sobre a definição do grupo étnico.” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 60), oportunizando aos pesquisadores da área utilizar outras teorias e abordagens sobre a constituição de tais grupos.

É possível definir um grupo étnico? Continuando com Poutignat e Streiff-Fenart (2011), a resposta para essa pergunta se mantém, até o momento que os antropólogos entenderam a impossibilidade de uma listagem de características pré supostas dos objetos de estudos africanistas e indigenistas da época. Anterior a Barth, os estudos das etnicidades, ao livrarem-se da ingenuidade de enumerar características isoladas dos grupos, puderam compreender que, primeiro, não se define uma unidade étnica por uma lista de traços; segundo, os distanciamentos social ou geográfico não são determinantes para a diversidade cultural; e por fim, categorias étnicas não se autoexplicam, elas devem ser estudadas a partir das escolhas circunstanciais.

Fredrik Barth e seus colaboradores, ao abandonarem a busca por uma definição dos grupos étnicos, direcionam um outro olhar sobre eles, avançando na perspectiva do olhar que os distinguem, e não pelo olhar que os encerram, como antes já visto, focando nos limites que os grupos distintos em interação mantêm para se diferenciarem uns dos outros. Para Arruti (2014, p. 205),

Barth (1969), propõe, portanto, dois deslocamentos analíticos importantes: de análise tipológica para uma análise generativa, que explora os diferentes processos que agem na formação e manutenção dos grupos étnicos; e da análise da cultura para análise dos processos de produção dos limites do grupo étnico, sustentando que o que define são os mecanismos de produção de suas fronteiras, e não o inverso.

Metodologicamente, as pesquisas sobre a etnicidade foram favorecidas pelos estudos empíricos que, apoiados numa abordagem sociológica, possibilitaram análises que reconhecessem os elementos comuns produtores da continuidade dos grupos sociais.

Em primeiro lugar, enfatizamos o fato de que grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas. [...] Em segundo lugar, todos os trabalhos apresentados assumem na análise um ponto de vista gerativo: em vez de trabalharmos com uma tipologia de formas de grupos e de relações étnicas, tentamos explorar os diferentes processos que parecem estar envolvidos na geração e manutenção dos grupos étnicos. Em terceiro lugar, para observarmos esses processos, deslocamos o foco da investigação da constituição interna e da história de cada grupo para as fronteiras étnicas e a sua manutenção. (BARTH, 2000, p. 27).

Em outras palavras,

a etnicidade é uma forma de organização social, o que implica que 2) “o foco principal da investigação seja a fronteira étnica que define o grupo e

não o conteúdo cultura deste” (1969:15); a característica distintiva dos grupos étnicos é 3) a auto-ascrição, bem como a ascrição por parte de terceiros. (GOVERS; VERMEULEN, 2003, p. 9).

Isto é, os critérios descritos acima e ainda hoje muito utilizados, assim como a orientação para o passado e a crença numa cultura partilhada (critério de divergência entre pesquisadores/as) diferenciam a identidade étnica de outras identidades sociais, fenômeno que transforma as unidades sociais em grupos étnicos, sejam eles minoritários ou majoritários (SILVA, 2004).

A relevância da cultura para a etnicidade está na consciência de que cada grupo étnico faz destas. Daí as noções do “Nós” e do “Eles” e o realce de símbolos são alguns dos critérios para manutenção das diferenças culturais num fluxo constante e variável pela interação, realçando as diferenças entre grupos por via da eleição e saliência dos traços culturais significativos, ditos diacríticos (CARNEIRO DA CUNHA, 2009).

Assim sendo, de que maneira o uso da identidade étnica como categoria de análise serve para investigar as construções individuais das identidades de mulheres negras em formação? É possível analisar tais identidades por meio do fenômeno da etnicidade? Como? Sim, é possível, porque, conforme Arruti (2014, p. 207), “[...] o emprego de etnicidade coloca em destaque não exatamente a unidade social, o grupo étnico, mas a atividade ou performance dos sujeitos quando estes atuam em situação de alteridade.”. No entanto, é imprescindível a pesquisadora estar atenta à escolha metodológica por detrás da teoria.

Cohen, ressalta em seu trabalho, intitulado *Fronteiras da consciência e consciência das fronteiras: questões críticas para Antropologia* (1994) a pouca popularidade das etnicidades individuais como foco de estudo dos etnólogos. Na perspectiva do autor, ao avaliar as etnografias de grupos pesquisados pelos antropólogos, as fronteiras individuais são negligenciadas, pois, segundo ele, “[...] devido à nossa herança intelectual Durkheimiana, temos sido levados a fazê-lo no que diz respeito às colectividades sem qualquer inquietação. No entanto, o quanto nos enganamos ao estudar as colectividades é indicado pela dificuldade que temos em discernir fronteiras pessoais significativas.” (COHEN, 2003, p. 92).

Sem desconhecer que Barth tenha, em 1969, incluído um traço de preocupação analítica às relações entre os sujeitos e suas subjetividades, ele nos indica que tal procedimento não é muito comum entre os profissionais da disciplina antropológica, cuja recusa destes em pensar como as consciências pessoais - “consciência do Eu”, contribuem para a formação das fronteiras, está relacionada à sua difícil investigação, ainda que elas sejam importantes categorias de atribuição de sentido para as fronteiras das etnicidades (COHEN, 2003).

### **Breves considerações sobre identidades étnicas**

Que somos seres diversos é um fato dado e, evidentemente, incontestável. Não obstante, a categoria diferença é algo útil de análise, visto que a diferença pressupõe a antítese da identidade, do qual só é possível por conta da língua, ou seja, o fenômeno discursivo que esta produz.

Contrariamente ao que se pensa, a identidade e a diferença são constructos sociais e culturais resultantes da nomeação de seres e coisas, isto é, atos da variedade linguística produzida pelas sociedades múltiplas. Em outras palavras, a diferença assim como a identidade só existe em função da habilidade humana da comunicação. A frase de abertura deste tópico é um exemplo da ilusão que a língua cria. A afirmação sobre as diferenças humanas serem um fato dado (como muitas pessoas acreditam) não significa dizer que somos natural ou culturalmente diferentes, mas que a língua em seu aspecto social nos possibilita forjar diferenças através dos sistemas de significações (SILVA, 2000).

Ainda conforme Silva (2000), num diálogo semântico, a identidade e a diferença realizam um jogo de inclusão e exclusão, onde se têm a negação e a afirmação de algo num mesmo enunciado. Ao se emitir o que se é, inevitavelmente, se emite o que não se é, formando antagonismos significativos, complexos, e até mesmo, problemáticos quando esses fenômenos do discurso também são utilizados para classificar e naturalizar, aspectos marcantes da “diferenciação” de indivíduos e grupos, do qual se produzem hierarquias sociais, logo relações de poder.

Como foco interessante de investigação, a hierarquização das diferenças nos possibilita analisar dois aspectos gerados pela classificação dos agrupamentos humanos. O primeiro se situa nos movimentos que estes produzem para manterem seus aspectos de identificação, explicado pelo fenômeno da etnicidade e o segundo e, não menos importante, o que torna as diferenças um problema.

A indissociabilidade entre as categorias diferença e identidade revela o fator relacional das identidades étnicas atribuídas aos grupos sociais, em que o contraste realça as diferenças e, conseqüentemente, a identidade de cada grupo. Por serem produtos sociais e culturais em constante reprodução e demarcação de fronteiras, as identidades sociais não são acabadas e encerradas em si, elas estão em constante mudança e também em permanente reafirmação, sobretudo, porque elas permitem a classificação. Mas, quando as identidades produzem as etnicidades?

As etnicidades como estudo das diferenças são produtoras das fronteiras sociais. Elas destacam os aspectos culturais relevantes de cada grupo, isto é, produzem os grupos étnicos. Carneiro da Cunha (1986, 2012, 2018) define a identidade étnica por seu caráter comunitário de origem comum, em que os membros se identificam, ou seja, produzem sua identificação étnica, como nos casos de todos os grupos sociais, porém, para os grupos negros e indígenas, sua produção identitária implica em marcar diferenças, fronteiras e, nesse sentido, identidades são acionadas como símbolos de etnicidade. E isso não se configura um problema, entretanto, ela como símbolo de objetificação, essencialização e naturalização desses povos, sim. Nesse sentido, conforme Carneiro da Cunha (2012, p. 17), “[...] etnicidade não é coisa que se recomenda no absoluto: em si, não é boa nem é má. Mas é um poderoso mobilizador de forças, que pode fortalecer subalternos ou gerar opressões e massacres intoleráveis.”

O tipo de classificação, produto da complexa modernidade Ocidental de normatizar e fixar uma identidade gera e mantém relações discriminatórias e impactos devastadores na formação dos/as sujeitos/as de grupos alocados como minoritários, portadores de uma identidade étnica não-hegemônica, logo, categorizados como o “outro”. Rotulados por suas

marcas identitárias, o outro é “[...] o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente.” (SILVA, 2000, p. 97), ou seja, o/a excluído/a dos direitos sociais e, conseqüentemente, da vida, o classificado como inferior e indigno de respeito.

Neste processo de demarcar a outridade através dos vários marcadores sociais, deve-se buscar compreender como esse se constitui em países racialmente demarcados por essas separações étnicas problemáticas, com isso apresentamos no próximo tópico como tem se pensado a etnicidade no Brasil.

## **Identidade racial negra no Brasil**

Para analisarmos e compreendermos como estudantes negras do curso de Pedagogia da UESB, Campus Jequié, acionam/mobilizam a “identidade contrastiva”<sup>2</sup> para (re)elaboração de suas identidades étnico-raciais, consideramos que os aspectos de sua formulação perpassa por processos e ambientes diversos, do qual, o espaço institucional de educação revela as várias nuances dessa formulação, em que “[...] o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.” (GOMES, 2003a, p. 172). Assim também procedendo nos espaços de formação profissional, isto é, de educação superior.

Ao passo que entendemos que as categorias raça e etnia são instrumentos de reivindicações necessárias para as construções das suas identidades, sejam elas em nível material, psicológico, social, político e educacional ressaltamos a investigação de como elas vêm se constituindo como categorias imprescindíveis para população negra ao longo tempo.

Categoria tema de pesquisas pelo mundo, a raça, no passado classificou de maneira desigual os grupos étnicos. Atualmente, é parte indissociável da agenda política desses mesmos povos marcados pela racialização, usada de maneira a reconhecer, informar, e reivindicar seus direitos na sociedade, como a exemplo das políticas de ações afirmativas. Não obstante, a raça teve imposições das mais diversas pelo mundo. No nosso caso, o Brasil, é o que merece nossa atenção, principalmente naquilo que a faz ser pensada por meio do fenômeno da etnicidade.

Sendo as noções de raça, etnia e nação imbricadas entre si, ainda que estas se encontrem em relação ambígua, cujas confusões conceituais são comuns, elas, como noções básicas para se pensar a constituição dos agrupamentos sociais, se entrelaçam também com a noção de povo. A noção socioantropológica de raça foi utilizada pelas teorias da etnicidade para explicar o percurso constitutivo da nação brasileira a partir do discurso da identidade racial revelada pelas teorias sociais brasileiras da segunda metade do século XX, por meio dos estudos que tornaram-na tema de interesse de pesquisas pelo mundo.

Segundo Schwarcz (1999), o Brasil, como palco da invejada “democracia racial”, - termo inspirado na obra de Gilberto Freyre (1933) e da histórica frase de Arthur Ramos (1949), que vendeu o Brasil como um “laboratório de civilização”, seria também o modelo

---

<sup>2</sup>Ver *Identidade étnica, identificação e manipulação*, de Roberto Cardoso de Oliveira (1976).

de civilização que redimiria as ciências supremacistas do final do século passado do mal que causara ao mundo. No início da década de 1950, patrocinadas pelo projeto UNESCO<sup>3</sup>, foram realizadas pesquisas que tinham por objetivo comprovar a suposta “democracia racial” brasileira, de forma que “[...] o Brasil pudesse ofertar ao restante do mundo uma lição *sui generis* de relações raciais harmoniosas.” (GOMES, 2010, p. 145, grifos do autor). Contudo, essas pesquisas tiveram o mérito de mostrar como as relações raciais não eram nada harmoniosas e como o que racismo estruturava as relações que (re)produziam desigualdades entre negros e não negros em nosso país.

Diante das barbaridades também cometidas pelos exploradores portugueses em terras brasileiras, igualdade racial é o que menos se tinha e têm no Brasil, haja vista que todo o processo de sequestro dos povos, exploração da mão de obra, violência e retirada da terra dos autóctones foram feitas por base em uma dada superioridade racial e étnica em relação a outros povos.

No país em que a escravização de povos africanos e o genocídio dos povos originários serviram de ferramenta de exploração para o progresso econômico de Portugal, a “ausência” dos problemas raciais se configuraria como resposta positiva ao projeto de branqueamento da nação que ocorreria de forma espontânea. O embranquecimento seria, nesse caso, a produção de uma identidade mestiça, do qual era preciso branquear não só física, mas também o culturalmente a nação. Como descreveu Schwarcz (1999, p. 277), “[...] o certo é que, nesse movimento de nacionalização, uma série de símbolos vão virando mestiços assim como uma alentada convivência cultural miscigenada torna-se modelo de igualdade racial.”

Dentre as muitas consequências negativas da miscigenação forçada no Brasil, a complexa forma de identificação racial da população negra causada pela política de embranquecimento é a que merece destaque nessa pesquisa. O racismo assimilacionista/integracionista brasileiro é considerado, por muitos estudiosos do campo das relações raciais, em nosso país, a exemplo de Munanga (1999), mais deletério que o racismo norte-americano, já que as desigualdades sociais caminham lado a lado com o discurso de democracia racial e mestiçagem, do qual ele diz dificultar que as pessoas negra-mestiças tenham consciência de que sua condição social esteja relacionada a sua condição racial e, conseqüentemente, assumirem a sua identidade negra.

Entretanto, ainda que as formas de racismos aqui no Brasil e nos Estados Unidos tenham distinguido as maneiras como as populações negras constituíram suas identidades raciais, bell hooks (2019) permite-nos, de algum modo, compará-los, ainda que em espaços-tempos igualmente distintos, ao situar os processos de assimilação imposto a negros e negras em espaços educacionais e profissionais, gerada nos Estados Unidos pela política integracionista de cunho assimilacionista, após a política segregacionista, instituída pela lei Jim Crow.

A autora norte-americana informa que a pauta racial foi perdendo importância com esse acontecimento entre as esferas mais progressistas da sociedade, em que a política de

---

<sup>3</sup>Para uma discussão sobre o Projeto UNESCO e os estudos sobre relações raciais empreendidos no Brasil, ver Maio (1998).

integrar negros e brancos foi introduzindo representações de cunho mercantilizado, resultando na produção do deslocamento do problema do racismo para o problema da classe, propositalmente pensado e utilizado para enfraquecer a tomada de consciência sobre a situação negra e manter o status da supremacia branca.

No Brasil, as noções de raça, etnia e nação cumpriram um papel ambíguo na construção do caráter identitário e na performance das populações brasileiras, visto que essa encontra-se em algumas situações reproduzindo o discurso racista dos séculos passados, por meio do “[...] racismo por denegação.” (GONZALEZ, 1988), mantenedor dos discursos disfarçados ou às vezes alienado da miscigenação: “Somos todos mestiços”; da assimilação: “Somos todos brasileiros” e da negação: “Não existe racismo no Brasil”.

Embora a raça não exista biologicamente, isto é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam. O difícil é aniquilar as raças fictícias que rondam em nossas representações e imaginários coletivos. Enquanto o racismo clássico se alimenta na noção de raça, o racismo novo se alimenta na noção de etnia definida como um grupo cultural, categoria que constitui um lexical mais aceitável que a raça (falar politicamente correto). (MUNANGA, 2004, p. 10).

Isto é, os esforços por parte dos movimentos negros em desfazer o estigma da raça é uma tarefa complexa, pois, as relações que ela produziu estava e permanece enraizadas no imaginário do povo brasileiro, entretanto, a busca da desalienação colonial tornou-se o único meio de mudar a condição de negros e negras. Deste modo, devemos nos questionar quais foram e têm sido as estratégias políticas que a identidade negra brasileira tem produzido? Quais aspectos da vida pública e privada ela têm buscado para estabelecer mudanças significativas?

Diante das mais variadas ações promovidas pelos movimentos negros desde o século XX, destaco duas grandes estratégias mobilizadoras de reivindicações por direitos. Por nossa pesquisa focalizar a educação como ferramenta nas construções identitárias, articular o Movimento Negro como “ator político” (GOMES, 2017) e instituições educacionais, favorece a nossa análise por dois panoramas distintos, mas necessários para pensar as relações raciais na escola. A primeira está localizada no âmbito moral e a segunda no âmbito de direitos civis, ambas políticas e objetivas na superação do racismo.

A positivação da noção de raça foi a primeira estratégia. “[...] Como muitos dos processos identitários, a positivação ocorre através da afirmação de características consideradas negativas, processo conhecido pelos feminismos brasileiros como ‘guerrilha de linguagem’.” (FIGUEIREDO, 2015, p. 160). Sendo que Movimento Negro Brasileiro, ressignifica e politiza a ideia de raça, a partir da década de 1970 (GOMES, 2017).

Conforme Munanga (2004), “[...] os movimentos negros exigem o reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma nova imagem positiva que possa lhe devolver, entre outro, a sua auto-estima rasgada pela alienação racial [...]”, já que estas foram forjadas para a degradação de populações étnico-racialmente marcadas. Para tanto, a tática estabelecida pelo Movimento Negro Unificado - MNU serviram e servem na reconstituição da dignidade dos povos negros descendentes de africanos no Brasil que move-se

paralelamente à afirmação e conscientização de uma identidade racial - categoria tema de discussão teórica de muitos intelectuais modernos e contemporâneos.

A identidade racial como centro de discussões divergentes, se materializa na luta antirracista pela mobilização dos coletivos pela aproximação/identificação do povo negro, descrita por intelectuais como Kabengele Munanga (2004) como “identidade étnico-racial negra” ou identidade negra. Em contrapartida, no bojo dos estudos culturais, Stuart Hall (2009) a classifica como “cultura popular”. Isto é, um produto da globalização na modernidade tardia, baseada numa gênese essencializada, estereotipada e idealista de uma cultura vista como natural de um povo, de exclusivo pertencimento e sem diferenças internas. Como ele afirma:

Não existe garantia, quando procuramos uma identidade racial essencializada da qual possamos estar seguros, de que esta sempre será mutuamente libertadora e progressista em todas as outras dimensões. Entretanto, existe sim uma política pela qual vale lutar. Mas a invocação de uma experiência negra garantida por trás dela não produzirá essa política. De fato não é nada surpreendente a pluralidade de antagonismos e diferenças que hoje procuram destruir a unidade política negra, dadas às complexidades das estruturas de subordinação que moldaram a forma como nós fomos inseridos na diáspora negra. (HALL, 2009, p. 328).

Para o autor, o termo englobante “negro” impossibilita a criação de uma verdadeira identidade racial contra-hegemônica, pois, esta tende a se cristalizar numa perspectiva essencialista, que visa o resgate de uma “genética negra” que, conseqüentemente, invisibiliza as experiências, memória histórica, a diversidade, o contexto social e cultural de sujeitos e sujeitas. De fato, às questões levantadas por Stuart Hall sobre *Que “negro” é esse da cultura negra?* (2009), são questões não só pertinentes como também necessárias para pensar a luta de emancipação negra forjada na pós-modernidade.

Os processos globais afetam, de maneira desigual, os países, sejam do centro ou da margem, o descentramento/deslocamento das identidades dos/as sujeitos/as da modernidade tardia são estruturadas a partir da intensa “materialidade” dos espaços (globais e locais representados pelos símbolos das identidades culturais cada vez mais universalizados) e da aceleração temporal (reproduzido pelos meios de comunicação remotos, mídia, intercâmbio etc), onde as identidades culturais estão em constante produção, num processo fragmentado das informações (HALL, 2019).

Perante as críticas que se tecem a inclinação da globalização em homogeneizar as identidades culturais, o que se deve destacar “[...] é que a visão homogeneizante e generalizada que faz subsumir as singularidades/particularidades não está presente apenas nos discursos afirmativos do reconhecimento e da identidade; na verdade o recurso às generalizações é parte estruturante do discurso dominante.” (FIGUEIREDO, 2015, p. 162), pois às identidades são “nominais” (APPIAH, 2018). O que impulsiona, no nosso caso, sair em defesa de uma identidade negra, visto que

Esta identidade política é uma identidade unificadora em busca de propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil. Ela se opõe a uma outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante, ou seja, a identidade mestiça, que além de buscar a unidade nacional visa também a legitimação da chamada democracia racial brasileira e a conservação do status quo. (MUNANGA, 2004, p. 15).

A perspectiva antirracista não deixa de ver e situar os problemas que a rotulação englobante “negro” produz de limitação, como também responde a pistas lançadas por Stuart Hall (2009) em dado momento quando esse aponta como possibilidades de saída e de emancipação dos sujeitos/as racializados/as estratégias que desloquem as estruturas de poder, no jogo de posição e não de mera oposição de cópia às avessas.

Tal possibilidade apontada por Hall (2009) se manifesta na identidade étnico-racial pela relação das categorias etnia e raça, porque essas quando articuladas são capazes de produzir sentido as experiências individuais, coletivas de sujeitos/as negros e negras e ao mesmo tempo promover a mobilização social, por meio da consciência racial de uma “cultura imaginada” produzida pela “tradução” das nossas vivências na diáspora. Conforme aponta Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, no documento que propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para a História da Cultura Africana e Afro-brasileira:

[...] Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. [...]. É importante, também, explicar que o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática. (BRASIL, 2004, p. 5).

Da mesma forma, como afirma Appiah (2018, p. 29),

[...] As identidades etnoraciais são sempre mobilizadas para a solidariedade, não importa que outra coisa elas sejam ou façam. À medida que uma identidade etnoracial vai deixando de ser claramente governada por normas de solidariedade, ela deixa de ser uma identidade etnoracial importante. E isso faz que etnicidade e raça sejam recursos cujos portadores podem utilizá-los para a construção da coalizão estratégica da vida política.

Pereira (2014) afirma que o fenômeno da etnicidade nada mais é que a mobilização da identidade étnica, e também racial, para fins políticos. “Essa identidade é pautada numa experiência histórica comum (a colonização ou a escravização) e numa origem comum (no

caso da diáspora africana). Assim, raça, não no sentido biológico, mas no sentido político, assume um sentido de identidade étnica.” (PEREIRA, 2014, p. 169).

Embora tenhamos percorrido o caminho das construções de identidades étnico-raciais para informar as ações políticas pela articulação da população negra organizada, cabe aqui apresentar a segunda estratégia pensada pelo Movimento Negro Brasileiro. Diante da demanda de inserção social causada pelas relações desiguais dos povos da diáspora africana, o movimento social entendeu que a educação deveria ser pauta primária e propositiva na geração de importantes ações políticas e educativas para negros e negras, membros integrantes da sociedade brasileira.

Começando pelas políticas educacionais de reparação histórica, as Leis 10.639 de 2003 e a 11.645 de 2008, que, respectivamente, tornaram obrigatório o ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana e das Histórias e Culturas Indígenas, ao longo da educação básica em nosso país, seja pública ou privada, representam conquistas para uma mudança social concreta para toda a população brasileira, principalmente as negras e indígenas. Por meio do seu caráter representacional, mas também de crítica ao eurocentrismo e às ideias racistas presentes no campo da educação, elas garantem ou deveriam garantir a transformação na formação de professores e professoras contribuindo na reconstrução da autoestima daqueles e daquelas que ali se sentem representados, seja pelo material didático ou pelo reconhecimento de sua cultura e história. Contudo, elas estão para além das conquistas simbólicas. Essas leis, assim como as cotas e outras ações afirmativas, provocaram um novo corpo universitário<sup>4</sup>.

As instituições brasileiras, assim como nossa educação, produzem e reproduzem a representação social da branquitude. Como afirma Silva (2007), a escola, para além de formar a supervalorização da identidade racial branca, ela também veicula representações recaladoras das outras identidades.

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (GOMES, 2003b, p. 77).

As identidades sociais são informadas e formadas durante toda a vida das pessoas, sendo a família, a educação, a religião, os meios de comunicação e informação, etc., instituições privilegiadas e facilitadoras dos artifícios materiais para edificação das subjetividades, por via de representações simbólicas e materiais, construtoras de um repertório de escolhas contínuas. De algum modo, esta fórmula parece anunciar um caráter democrático das identidades, já que as pessoas, em geral, são organismos sociais, logo, membros de uma comunidade, no entanto, para muitos coletivos esse modo de produção identitária não os compreendem, visto que as instituições fundamentais para formulação identitária do sujeito e da sujeita integrantes desses coletivos estão baseados pela política de

---

<sup>4</sup>Ver Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 15 mar. 2021.

identidade étnica hegemônica da branquitude. Nesta perspectiva, o trabalho de Silva (2007) é substancial para o entendimento sobre as noções de representação social, branqueamento, branquitude, sua produção e legitimidade pela e na escola.

Embasada nas pesquisas de Moscovici (1978) precursor dos estudos sobre representação social no campo da Psicologia, tema crescente aqui no Brasil desde o início da década de 1990, Ana Célia da Silva (2007), por meio da sua vasta pesquisa sobre a representação social do negro em livros didáticos de Língua Portuguesa, de nível básico, situa o referido conceito na construção dos imaginários sociais.

Conforme a autora,

[...] a representação social se constitui pelo processo da percepção e internalização de estímulos distantes [...] Dessa forma, a representação de algo pode não ser do objeto inicialmente percebido, mas do objeto construído a partir dos elementos que a ele acrescentamos, no processo de modelagem e reconstrução. (SILVA, 2007, p. 93).

Fixando nosso olhar para as representações, entendemos que elas possuem uma função importante na construção das identidades sociais, seja ela individual ou coletiva, visto que elas são artifícios culturais que produzem as condutas e modos de comunicação entre indivíduos e grupos, no qual analisaremos três aspectos: a) como as representações sociais influenciam na formação das identidades sociais; b) quais representações ela têm privilegiado; e c) de quais modos a educação têm contribuído na sua re-produção.

Silva (2007), em suas pesquisas sobre branquitude, aponta como a identidade étnica/racial branca se posiciona como símbolo da humanidade e cidadania, perante as outras, sendo o branco, segundo Moura (1994, p. 150), “o idealtipo” das elites brasileiras e o negro “o antimodelo” étnico e estético nacional.

Alvo da mitigada democracia racial, a identidade mestiça para brasileiros e brasileiras constitui-se duvidosamente, pois, para Munanga (1999), o que a população negra-mestiça quer mesmo alcançar é o ideal de brancura, visto que para ele não existe uma consolidação dessa identidade quando o/a mestiço/a se solidariza com o grupo branco por querer deter o *status* privilegiado que esse grupo oferece.

Sem fugir da perspectiva de rejeição do negro, Silva (2007, p. 97) converge com Munanga, ao afirmar que:

A ideologia do branqueamento além de causar a inferiorização e a auto-rejeição, a não aceitação do outro assemelhado étnico e a busca do branqueamento, internaliza nas pessoas de pele clara uma imagem negativa do negro, que as leva a dele se afastarem, ao tempo em que vêem, na maioria das vezes, com indiferença e insensibilidade a sua situação de penúria e o seu extermínio físico e cultural, atribuindo a ele próprio às causas dessa situação.

Entendemos que branquitude é o objeto/ideologia que as representações sociais favoreceram e favorecem na dinâmica de produção e manutenção da lógica fundadora da

nação brasileira, conservadas pelas instituições do Estado, cujas origens são eurocêntricas. Na escola, podemos observar por meio das análises de Silva (1996, 2004, 2010a, 2010b, 2011) como os livros didáticos de língua portuguesa de educação básica nos anos iniciais e ensino fundamental I são importantes instrumentos da representação social da branquitude, ressaltado pelo corpo docente ao exercer o papel de agente disseminador das “verdades” trazidas nos livros, cujos conteúdos estão carregados de mitos e ideologias de superioridade branca e inferiorização negra.

Segundo a autora, o silêncio dos que se beneficiam da branquitude precisa ser assumido, por meio da quebra do pacto tácito entre brancos. Ao apoiar-se nas ideias de Bento (2002), Silva (2007) reitera a responsabilização do branco na produção de desigualdades no Brasil, que, na maioria das vezes, se dissolve pelo discurso do racismo ser um problema da população negra, vinculada a expressões do tipo “racismo do negro”.

Como bem reitera hooks (2019, p. 244) “[...] A fim que nossos esforços para acabar com a supremacia branca sejam verdadeiramente efetivos para mudar a consciência deve estar vinculado, sobretudo, ao esforço coletivo de transformar as estruturas que reforçam e perpetuam a supremacia branca.”.

O Movimento Negro Brasileiro tomou a educação como espaço de denúncia. Denúncias produzidas por meio dela e sobre ela, denunciando seu currículo, materiais didáticos, práxis pedagógica, formação docente, gestão e tudo aquilo que se articula em torno das relações raciais presentes nos espaços e níveis educacionais. É nesse sentido que o Movimento Negro tem atuando como um agente educador da sociedade brasileira, como afirma Gomes (2017).

## Referências

- APPIAH, K. A. Identidade como problema. *In*: SALLUM JR., B. *et al.* **Identities**. São Paulo: EDUSP, 2018. p. 17-32.
- ARRUTI, J. M. Etnicidades (199-214) *In*: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA. 2014. p. 199- 213.
- ATHIAS, R. M. **A noção de identidade étnica na Antropologia brasileira**: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: LASK, T. (org.). **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000. p. 25-67.
- BARTH, F. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. *In*: p. VERMEULEN, H.; Cora G. (Orgs). **A Antropologia da etnicidades para além de “Ethnic Groups and Boundaries”**. Lisboa: Fim de Século: Edições Lisboa, 2003. p. 19-44.

- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-57.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP 3/2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: SECAD, 2004.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 235-244.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Identidade étnica. *In*: SALLUM JR., B. *et al.* **Identidades**. São Paulo: EDUSP, 2018. p. 43-48.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense; Editora da Universidade de São Paulo: 1986.
- COHEN, A. P. Fronteiras da consciência, consciência das fronteiras Questões críticas para a Antropologia. *In*: VERMEULEN, H.; GOVERS, C. (Orgs). **A Antropologia da etnicidades para além de “Ethnic Groups and Boundaries”**. Lisboa: Fim de Século: Edições Lisboa, 2003. p. 75-99.
- FIGUEIREDO, A. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. **Periódicus- Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, n. 3, v. 1, p. 152-169, mai./out., 2015. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>. Acesso em: 13 out. 2020.
- GOLDMAN, M.; OSSOWICKI, T. M. Ethnicity. *In*: ROBERTSON, R.; SCHOLTE, J. A. (eds.). **New Encyclopedia of Globalization**. New York: The Moschovitis Group, 2006. p. 403-407.
- GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 ago. 2020.
- GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, s/v, n. 23, p. 75-85, 2003b. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- GOMES, N. L. Uma dupla inseparável: cabelo e cor de pele. *In*: BARBOSA, L. M. de A.; SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs). **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p.137-150.

- GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-89, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.
- HALL, S. “Que ‘negro’ é esse na cultura negra?” *In*: SOVIK, L. (Org.). **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**/Stuart Hall. Trad. Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 317-330.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- hooks, b. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Trad. Cátia Bocaiuva Maringnolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- MAIO, M. C. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios na Unesco. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 375-413, jul./out, 1998.
- MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra** Petrópolis: Vozes, 1999.
- MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. [S.l: s.n.], 2004.
- OLIVEIRA, E. S. de. **A construção das identidades raciais de pedagogas negras em formação**: Um estudo sobre percursos formativos de sujeitas do curso de Pedagogia da UESB, campus de Jequié-BA. 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) - Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié-BA, 2021.
- OLIVEIRA, R. C. de. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, fev. p. 7-21, 2000. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092000000100001](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100001). Acesso em: 15 de ago. 2020.
- OLIVEIRA, R. C. de. Identidade étnica, identificação e manipulação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 117-131, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70360202.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira Editora, 1976.

- PEREIRA, L. N. A construção da ideia de raça. *In*: GONÇALVES, M. A. R.; RIBEIRO, A. P. A. (Orgs.). **Diversidade e sistema de ensino brasileiro: a lei 10.639/03 e a formação de professores**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014. p. 142-170.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.
- SCHWARCZ, L. M. Questão racial e etnicidade. *In*: MICELLI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira - 1970-1995**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 267-325.
- SILVA, A. C. da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2004.
- SILVA, A. C. da. Ideologia do branqueamento na educação brasileira e proposta de reversão. *In*: MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Estação Ciências, 1996. p. 141-145.
- SILVA, A. C. da. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para alteridade. *In*: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Orgs.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-101.
- SILVA, A. C. da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2010a.
- SILVA, A. C. da. Por uma representação social do negro mais próxima e familiar. *In*: BARBOSA, L. M. de A.; SILVA, P. B. G. e; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). **De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2010b. p. 151-164.
- SILVA, A. C. da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 133.
- VERDERY, K. Etnicidade, nacionalismo e a formação do Estado Ethnic Groups and Boundaries: passado e futuro. *In*: VERMEULEN, H.; GOVERS, C. (Orgs.). **A Antropologia da etnicidades para além de “Ethnic Groups and Boundaries”**. Lisboa: Fim de Século: Edições Lisboa, 2003. p. 45-74.
- VERMEULEN, H.; GOVERS, C. Introdução. *In*: VERMEULEN, H.; GOVERS, C. (Orgs.). **A Antropologia da etnicidades para além de “Ethnic Groups and Boundaries”**. Lisboa: Fim de Século: Edições Lisboa, 2003. p. 9-18.